



MUNICÍPIO DE ARMAMAR
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

**ELABORAÇÃO DO PROJETO DE OPERAÇÃO REABILITAÇÃO
DOS RESERVATÓRIOS DE ÁGUA DE ABASTECIMENTO
DO CONCELHO DE ARMAMAR**

PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL N.º 67MUNAMM24

CONCURSO PÚBLICO

CADERNO DE ENCARGOS

2024

ÍNDICE

CLÁUSULAS JURÍDICAS	4
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Cláusula 1. ^a – Objeto e contrato	4
Cláusula 2. ^a - Prazo de vigência do contrato.....	5
Cláusula 3. ^a - Preço base.....	6
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	7
Secção I - Obrigações do prestador de serviços	7
Subsecção I – Disposições gerais	7
Cláusula 4. ^a - Obrigações principais do prestador de serviços	7
Cláusula 5. ^a – Caução	8
Cláusula 6. ^a – Condições de pagamento	8
Cláusula 7. ^a – Resolução por parte do município de Armamar.....	8
Cláusula 8. ^a – Resolução por parte do prestador de serviços	9
Cláusula 9. ^a – Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias	10
Cláusula 10. ^a – Responsabilidade do prestador de serviços	10
Cláusula 11. ^a - Vínculo laboral dos trabalhadores afetos à execução do contrato.....	10
Cláusula 12. ^a - Tratamento e Proteção de Dados Pessoais	11
Subsecção II – Dever de sigilo	13
Cláusula 13. ^a - Informação e sigilo	13
Secção II - Obrigações do município de Armamar	14
Cláusula 14. ^a – Gestão do contrato.....	14
Cláusula 15. ^a - Preço contratual.....	15
Cláusula 16. ^a - Condições de pagamento	15
CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	16
Cláusula 17. ^a - Penalidades contratuais	16
Cláusula 18. ^a - Força maior	16
Cláusula 19. ^a - Resolução por parte do município de Armamar	18

Cláusula 20. ^a - Resolução por parte do prestador de serviços	18
CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES FINAIS	19
Cláusula 21. ^a - Subcontratação e cessão da posição contratual	19
Cláusula 22. ^a - Comunicações e notificações	19
Cláusula 23. ^a - Contagem dos prazos	19
Cláusula 24. ^a – Resolução de litígios	19
Cláusula 25. ^a – Consulta preliminar ao mercado	20
Cláusula 26. ^a - Legislação aplicável	20
Cláusula 27. ^a – Anexos ao Caderno de Encargos	20
CONDIÇÕES TÉCNICAS.....	21

CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a – Objeto e contrato

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas jurídicas e técnicas, a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, de concurso público, que tem por objeto a aquisição de serviços **“Elaboração do Projeto de Operação Reabilitação dos Reservatórios de Água de Abastecimento do Concelho de Armamar”**.

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O clausulado do contrato rege-se pelo disposto n.º 1 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos (doravante «CCP») aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.
3. Do contrato fazem também parte integrante, os documentos entregues pelo adjudicatário, em fase de habilitação, exigidos pelo artigo 81.º do CCP.
4. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos

- propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
6. O presente Procedimento Concursal é prévio e visa preparar, acompanhar e assistir o Procedimento de Formação do Contrato de Empreitada de Obras Públicas igualmente previsto no acima identificado Contrato de Comparticipação Financeira.
 7. É da inteira responsabilidade do Adjudicatário o cumprimento de todas as obrigações subjacentes à Prestação dos Serviços identificados no presente Caderno de Encargos, sem prejuízo das demais obrigações legais e das que venham a constar do respetivo Contrato.
 8. A Prestação do Serviço inclui a elaboração dos Projetos enunciados, e, sem alteração do preço, as eventuais alterações e/ou aditamentos decorrentes de processos e/ou procedimentos de apreciação e/ou aprovação por quaisquer Entidades que, legalmente, intervenham na sua apreciação e/ou aprovação, regendo-se pelo presente Caderno de Encargos, pelos termos da Proposta do Adjudicatário e pela legislação aplicável.
 9. A Entidade Adjudicante prestará, ao Adjudicatário, toda a colaboração e fornecerá todas as informações que se afigurem relevantes para a correta e cabal execução da Prestação de Serviços subjacente ao presente Contrato, promovendo as solicitações por diligências que lhe sejam indicadas pelo Adjudicatário, como sejam pedidos de informações, reuniões, audiências ou colaboração com todas as Entidades envolvidas.

Cláusula 2.ª - Prazo de vigência do contrato

- I. O Contrato mantém-se em vigor pelo prazo de **36 (trinta e seis) meses** a contar da data da assinatura do mesmo, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato, designadamente as previstas no n.º 2, alínea c), da presente Cláusula, às quais o Adjudicatário expressamente se compromete através do preenchimento da minuta do **Anexo V** do Programa de Procedimento.
2. O Adjudicatário obriga-se a prestar e a concluir a execução do serviço, de acordo com as seguintes fases e datas:

- a) **1.ª FASE:** Elaboração do Projeto (aqui se incluindo a elaboração do Estudo Prévio, Anteprojeto e Projeto – seja de Arquitetura seja de Especialidades) e das Peças Procedimentais do Procedimento Pré-Contratual de Empreitada a tramitar subsequentemente: **30 (trinta) dias**;
- b) **2.º FASE:** Acompanhamento e apoio na fase procedimental do Procedimento Pré-Contratual de Empreitada a tramitar subsequentemente, designadamente em fase de Pedido de Esclarecimentos e Lista de Erros e Omissões;
- c) **3.ª FASE:** Acompanhamento e Assistência Técnica ao Dono de Obra no âmbito da execução do Contrato de Empreitada a celebrar, até à assinatura do auto de receção provisória da mesma, incluindo pronuncia a Pedido de Esclarecimentos e Lista de Erros e Omissões.
3. O Adjudicatário fica dispensado da prestação dos serviços de Acompanhamento e Assistência Técnica à Obra caso a mesma não se inicie no prazo de 3 (três) anos contados a partir da aprovação do Projeto de Execução, mas fica obrigado a essa prestação para além do prazo de 36 (trinta e seis) meses caso a Obra se inicie previamente a esse prazo.

Cláusula 3.ª - Preço base

1. O preço base corresponde ao preço máximo que o Município de Armamar se dispõe a pagar pela aquisição de serviços, que constitui o objeto do presente caderno de encargos.
2. O preço máximo a que se refere o número anterior não pode ser superior a **36.247,50€** (trinta e seis mil e duzentos e quarenta e sete euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
3. O preço base não é passível de revisão.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I - Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I – Disposições gerais

Cláusula 4.^a - Obrigações principais do prestador de serviços

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações contratuais:
 - a) Cumprir com todas as normas legais e regulamentares aplicáveis ao exercício da sua atividade;
 - b) Prestar os serviços conforme as condições definidas no presente caderno de encargos e demais documentos contratuais;
 - c) Comunicar ao município de Armamar, logo que deles tenham conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações;
 - d) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às propostas, não apresentando propostas condicionadas ou que possam ter custos indiretos ou futuros que não se encontrem previstos nos procedimentos pré-contratuais.
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e tecnológicos que sejam necessários e adequados ao fornecimento dos bens e respetiva instalação e à prestação dos serviços.
3. Os Projectos, Planos, Peças Procedimentais e outros elementos procedimentais deverão ser apresentados à Entidade Adjudicante em suporte de papel e em suporte digital – este contendo a totalidade do trabalho em formato digital editável e pdf dos mesmos documentos com Assinatura Digital aposta –, podendo esta analisar e verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos, bem como outros requisitos exigidos por lei, sendo que, nessa análise e verificação, o Adjudicatário deve prestar à Entidade Adjudicante toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

4. No caso de a análise da Entidade Adjudicante não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos, a Entidade Adjudicante deve disso informar, por escrito, o Adjudicatário, sendo que, nesse caso, o Adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo que lhe for fixado pela Entidade Adjudicante, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos, sendo que, após a realização das alterações e complementos necessários pelo Adjudicatário, a Entidade Adjudicante procederá a nova análise, nos termos do número anterior.
5. Caso a análise da Entidade Adjudicante comprove a conformidade dos elementos entregues pelo Adjudicatário com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos, será emitida Declaração de Aceitação pela Entidade Adjudicante, a qual não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos.

Cláusula 5.^a – Caução

É dispensada a apresentação de caução ou garantia bancária de acordo com a alínea a) do nº 2 do artigo 88.º do CCP.

Cláusula 6.^a – Condições de pagamento

As quantias devidas pelo município de Armamar, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pelo município de Armamar das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

Cláusula 7.^a – Resolução por parte do município de Armamar

- I. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o município de Armamar pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de

serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Pelo atraso na conclusão dos serviços ou na entrega dos elementos constantes do contrato superior a 3 meses;
 - b) Ou declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso respetivo (3 meses) excederá esse prazo.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo município de Armamar.

Cláusula 8.^a – Resolução por parte do prestador de serviços

- I. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução prevista na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando:
 - a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 dias;
 - b) Ou o montante em dívida exceda 30% do preço contratual, excluídos juros.
2. O direito de resolução é exercido mediante recurso a arbitragem, nos termos da cláusula 21.^a.
3. Nos casos previstos a alínea a) do n.º I o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao município de Armamar, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Cláusula 9.^a – Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1. No caso de os testes de aceitação previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos, o município de Armamar deve disso informar o prestador de serviços.
2. No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo município de Armamar, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo prestador de serviços, no prazo respetivo, o município de Armamar procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 10.^a – Responsabilidade do prestador de serviços

1. O prestador de serviços é responsável, a título criminal e civil, objetiva ou subjetivamente, por todos os prejuízos e danos, patrimoniais e não patrimoniais, causados ao município de Armamar ou a terceiros que, por qualquer motivo resultem da sua atividade, atuação dos seus trabalhadores ou deficiente execução dos serviços objeto do contrato.
2. É igualmente da responsabilidade do prestador de serviços a contratualização dos seguros legalmente exigíveis, incluindo o seguro de responsabilidade civil.

Cláusula 11.^a - Vínculo laboral dos trabalhadores afetos à execução do contrato

1. Nos termos do disposto no artigo 419.º-A do CCP, aplicável por força do artigo 451.º n.º 2 do CCP, o Prestador de Serviços obriga-se a colocar a executar o contrato trabalhadores em regime de contrato de trabalho sem termo.
2. O disposto no n.º 1 não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.

3. O disposto no n.º I não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução da concessão.
4. O adjudicatário deve entregar, no prazo máximo de 5 dias, contados desde o início da vigência do contrato, um documento com a identificação dos trabalhadores que afetará à execução do contrato e respetivo vínculo contratual, podendo utilizar a minuta do **Anexo A** ao presente caderno de encargos. No caso de ocorrer, durante o tempo da prestação de serviço, alguma alteração dos trabalhadores inicialmente afetos à prestação do serviço, o adjudicatário deve, no prazo máximo de 5 dias a contar da data da sua ocorrência, apresentar novo documento com a identificação dos trabalhadores que afetará à execução do contrato e respetivo vínculo contratual.

Cláusula 12.ª - Tratamento e Proteção de Dados Pessoais

- I. O Prestador de Serviços compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a execução do contrato, assim como após o termo da vigência do período de execução contratual, designadamente:
 - a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Contraente Público, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
 - b) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
 - c) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o Contraente Público esteja especialmente vinculado;
 - d) Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do Contraente Público, nomeadamente contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão

ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;

- e) Prestar ao Contraente Público toda a colaboração de que este careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato;
- f) Manter o Contraente Público informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
- g) Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao Prestador de Serviços, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o Prestador de Serviços e o referido colaborador;
- h) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- i) Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou, por qualquer outra forma, colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Contraente Público ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por este ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;
- j) Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;
- k) Prestar a assistência necessária ao Contraente Público no sentido de permitir que este cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o

direito de acesso, retificação, oposição, apagamento, limitação e portabilidade dos seus dados pessoais;

- l) Garantir a eficácia de mecanismo de notificação efetivo em caso de violação de dados pessoais para efeitos do cumprimento do previsto no artigo 33º do RGPD.
2. O Prestador de Serviços será responsável por qualquer prejuízo em que o Contraente Público venha a incorrer em consequência do tratamento de dados pessoais, por parte do mesmo e/ou dos seus trabalhadores, colaboradores, prestadores de serviços ou fornecedores, em violação das normas legais aplicáveis.
3. Os dados pessoais a tratar no âmbito do contrato são os previstos no n.º I do artigo 4º do RGPD.
4. O tratamento de dados pessoais a realizar pelo Prestador de Serviços é efetuado de acordo com as instruções do responsável pelo tratamento de dados, ou seja, o Contraente Público.
5. O Prestador de Serviços deve declarar, sob compromisso de honra, de que possui as condições necessárias e suficientes à execução das medidas técnicas e organizativas previstas no RGPD.
6. Para os devidos efeitos, divulga-se o nome e o contacto do Encarregado de Proteção de Dados do Contraente Público: Joana Maria de Sousa Rebelo Gouveia, endereço eletrónico: jrebelo@cm-armamar.pt.

Subsecção II – Dever de sigilo

Cláusula 13.ª - Informação e sigilo

1. O prestador de serviços e o município de Armamar devem guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, de que possam ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de

- serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP.
 5. O prestador de serviços deve prestar ao município de Armamar todas as informações que esta lhe solicitar e que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do contrato, devendo o município de Armamar satisfazer os pedidos de informação formulados pelo prestador de serviços e que respeitem a elementos técnicos na sua posse cujo conhecimento se mostre necessário à execução do contrato.
 6. As matérias cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

Secção II - Obrigações do município de Armamar

Cláusula 14.^a – Gestão do contrato

1. O Município de Armamar designará um gestor do contrato que terá por incumbência, entre outras, assegurar as relações correntes entre o município de Armamar e o prestador de serviços, no âmbito da execução do contrato.
2. Sem prejuízo de outras responsabilidades, cabe ao gestor do contrato emitir e assinar relatórios, com periodicidade a definir aquando da assinatura do contrato, que permita conhecer com detalhe a evolução da execução do contrato, as questões relevantes, as respostas dadas e as desconformidades por sanar.

Cláusula 15.^a - Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o município de Armamar deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Armamar, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 16.^a - Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo Município de Armamar, nos termos das cláusulas anteriores, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pelo município de Armamar das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a conferência da fatura pelo gestor do contrato.
3. Em caso de discordância por parte do município Armamar, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, num prazo não superior a 30 dias, de acordo com o n.º 2 do artigo 299.º do CCP, por correio eletrónico, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. A emissão de faturas eletrónicas e em papel por parte do prestador de serviços deve cumprir os requisitos legais inerentes à emissão das mesmas, assim como as disposições vertidas na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e no Código do IVA.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 17.^a - Penalidades contratuais

- I. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o município de Armamar pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, além do não pagamento da prestação mensal do serviço em falta, nas seguintes percentagens:
 - a) 2% do valor da mensalidade da prestação do serviço em falta, por cada dia de incumprimento, referente aos primeiros 10 dias;
 - b) 5% do valor da mensalidade da prestação do serviço em falta, por cada dia de incumprimento, decorridos mais de 10 dias, até ao limite de 20% do preço contratual.
2. A cobrança das eventuais penalidades em que o prestador de serviços incorra serão deduzidas no primeiro pagamento efetuado ou devido logo após a sua aplicação ou, não havendo pagamentos a efetuar, no prazo de 10 dias a contar da respetiva notificação para o efeito enviada pelo município de Armamar.
2. Se o pagamento das sanções pecuniárias devidas ao município de Armamar for protelado por qualquer motivo, o prestador de serviços deverá pagar juros de mora à taxa legal, com efeitos a contar da data em que a multa deveria ter sido paga.
3. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o município de Armamar exija uma indemnização pelo dano excedente.
4. A aplicação das penalidades previstas na presente cláusula, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 308.º do CCP, e atento o preceituado na alínea c) do n.º 2 do artigo 307.º do mesmo diploma legal, deverá ser assegurado ao prestador de serviços o direito de audiência prévia, tal como regulado no Código do Procedimento Administrativo (CPA), relativamente à intenção de aplicação da sanção.

Cláusula 18.^a - Força maior

- I. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias

- que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos dos números anteriores, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
 3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
 4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 19.^a - Resolução por parte do município de Armamar

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o município de Armamar pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior, exerce-se mediante comunicação por correio eletrónico do município de Armamar ao prestador de serviços.

Cláusula 20.^a - Resolução por parte do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando,
 - a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
 - b) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias.
2. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao município de Armamar, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 21.^a - Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, sendo em qualquer caso vedada nas situações previstas no n.º 1 do artigo 317.º do CCP.
2. As entidades subcontratadas pelo prestador de serviços devem cumprir os requisitos previstos nos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP.
3. No caso de subcontratação, o prestador de serviços permanece integralmente responsável perante o município de Armamar, pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais.

Cláusula 22.^a - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser efetuadas através de correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 23.^a - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e feriados.

Cláusula 24.^a – Resolução de litígios

1. Quaisquer litígios relativos, designadamente, à interpretação, execução, incumprimento, invalidade ou resolução do contrato, devem ser dirimidos pelos meios judiciais comuns, estabelecendo-se como competente o tribunal com competência territorial para o concelho de Armamar, com a expressa renúncia a qualquer outro.
2. O disposto no número anterior não impede o recurso voluntário, pelas partes, a meios alternativos de resolução de litígios, designadamente, à mediação ou à arbitragem.

Cláusula 25.^a – Consulta preliminar ao mercado

- I. Nos termos do artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos, foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, de modo a obter o preço base.
2. Foi com base nessas informações que se obteve o preço base da cláusula 4.^a, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 47.º do CCP.
3. Toda a informação relevante resultante da consulta preliminar, caso seja solicitada, será disponibilizada aos futuros concorrentes do procedimento, o que necessariamente só ocorrerá após terminado o prazo de apresentação de propostas, salvo se os documentos que constituem a proposta forem classificados como confidenciais por parte do interessado.

Cláusula 26.^a - Legislação aplicável

Em tudo o omissso no presente caderno de encargos, observar-se-á o disposto na legislação nacional e comunitária, nomeadamente nos seguintes diplomas:

- a) Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;
- b) Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro;
- c) Diretiva n.º 2014/24/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro;
- d) Em demais legislação aplicável.

Cláusula 27.^a – Anexos ao Caderno de Encargos

- I. Programa Preliminar
- II. Plantas de Localização / Ordenamento / Condicionantes
- III. Aviso de Publicitação - NORTE2030-2024-59 - Ciclo Urbano da Água em baixa (IT)
- IV. Mapa de quantidades
- V. Modelo de declaração cumprimento do disposto no art.º 419.º-A do CCP

CONDIÇÕES TÉCNICAS

Parte I – Condições técnicas

Cláusulas técnicas a incluir no caderno de encargos

Objetivos da prestação do serviço

O serviço a contratar abrange a realização da “Elaboração do Projeto de Requalificação do Espaço do Mercado Municipal para criação de um Espaço Multiusos”, em conformidade com o programa preliminar a fornecer pelo dono de obra tendo por base as definições técnicas constantes na Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto.

Os projetos que, nos termos da lei, careçam de parecer, autorização ou aprovação ou certificação, deverão, na fase de anteprojeto, vir acompanhados de todos os pareceres, aprovações e certificações.

Constituição da Equipa Projetista

A equipa projetista deverá ser formada, no mínimo pelos **técnicos com as habilitações legalmente exigidas** para elaborar e subscrever os respetivos projetos, nos termos a que se refere o n.º 3 do artigo 10.º da Lei n.º 31/2009, republicado pela Lei n.º 40/2015. Para além dos autores dos projetos, deverá integrar a equipa **o coordenador de projetos** com qualificações para exercício de funções a que se refere o n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 31/2009, republicado pela Lei n.º 40/2015 e alterado pela Lei 25/2018, de 14 de junho.

Deverá ser proposto um **coordenador de segurança em projeto** para que o dono de obra faça a sua nomeação nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei 273/2003 de 29 de outubro.

Nota: Os projetos deverão ser subscritos por técnicos qualificados, tendo em atenção que a pretensão está inserida em imóveis classificados, em vias de classificação ou inseridos em zona especial ou automática de proteção, independentemente da categoria de obra.

Metodologia para cumprimento de requisitos

O presente projeto de execução tem que cumprir escrupulosamente com todos os pressupostos necessários à candidatura do Aviso com a designação “Ciclo Urbano da Água em baixa (IT)” do Programa Regional do Norte2030-2024-59 e respetivos **Anexos**. Documentos necessários para apresentar da candidatura, no que ao projeto de execução diz respeito. Devendo também cumprir com critérios ecológicos definidos na Resolução do Conselho de Ministros n.º 132/2023.

"m) Especificar para cada procedimento de contratação pública os princípios gerais aplicáveis em matéria ecológica e os critérios ecológicos específicos que serão adotados em sede de caderno de encargos. Nessa especificação devem também ser apresentados, nomeadamente, os principais aspetos previstos ou a prever em Lista de Quantidades e Preços Unitários de cada procedimento, no sentido de evidenciar, sempre que aplicável, a incorporação de medidas de sustentabilidade ambiental na implementação da intervenção, em adequação à tipologia de intervenção, abrangendo, entre outras: soluções baseadas na natureza; integração de infraestruturas verdes, soluções ecológicas e eco materiais na realização de obras; procedimentos ou mecanismos de supressão de ruído e mitigação de poeiras, provenientes dos trabalhos de construção/instalação; medidas de redução da emissão de gases com efeito de estufa; redução do uso de energia e o aumento da eficiência energética e/ou térmica; remoção de materiais perigosos; prevenção de produção e reciclagem de resíduos; prevenção de produção de águas residuais e respetivo tratamento; internalização de princípios de prevenção e/ou minimização dos riscos naturais, tecnológicos e mistos; redução do consumo de água.

No caso de considerar não ser aplicável ou possível assegurar o cumprimento dos princípios e boas práticas do green public procurement deverá ser apresentada para cada procedimento, a fundamentação pela qual a entidade promotora considera não ser aplicável ou possível assegurar o cumprimento dos princípios e critérios do green public procurement.."

Demonstração do cumprimento do Princípio "Não Prejudicar Significativamente" (DNSH)

O princípio "Não Prejudicar Significativamente" (DNSH), previsto na alínea d) do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 20 A/2023, de 22 de março, visa garantir que as operações apoiadas não prejudicam significativamente, nos termos do artigo 17.º do Regulamento (UE) 2020/852, de 18 de junho, do Parlamento e do Conselho, nenhum dos 6 objetivos ambientais estabelecidos no artigo 9.º do mesmo Regulamento: "A mitigação das alterações climáticas", "A adaptação às alterações climáticas", "A utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos", "A transição para uma economia circular", "A prevenção e o controlo da poluição" e "A proteção e o restauro da biodiversidade e dos ecossistemas".

De acordo com o texto do Programa Regional do NORTE 2030, a maioria das intervenções previstas foram avaliadas como compatíveis com o princípio "Não Prejudicar Significativamente" (DNSH), na aceção do artigo 17.º do Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho, uma vez que respeitam a orientação técnica do MRR relativa ao DNSH. Contudo, de acordo com o Regulamento (UE) 2020/852 deverá ser verificada a sustentabilidade dos investimentos em torno dos 6 objetivos ambientais. Assim, as intervenções objeto de financiamento deverão contribuir, quando aplicável, para o cumprimento dos objetivos ambientais atrás referidos. Neste âmbito, todas as operações a candidatar ao presente Aviso devem elencar as medidas (orientações/ações) que contribuem para os mesmos objetivos, nos termos dos artigos 10.º a 16.º do referido do Regulamento (UE) 2020/852.

Para efeitos de demonstração do alinhamento dos investimentos a realizar com o Princípio «Não Prejudicar Significativamente», quando estão em causa operações enquadradas por tipologias de operação suscetíveis de causar danos significativos no ambiente, nos termos do artigo 17.º do Regulamento (UE) 2020/852, de 18 de junho, do Parlamento e do Conselho, os beneficiários deverão evidenciar as orientações e ações a implementar para assegurar que aqueles danos não são causados, nos termos dos artigos 10.º a 16.º do referido Regulamento (UE) 2020/852.

Nas operações enquadráveis no Regime jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental, a aferição referida anteriormente é efetuada através do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental.

Cumprimento normativo técnico legal relativo aos estudos de vulnerabilidade sísmica

Apresentação de documentação de suporte, que permita demonstrar o cumprimento do normativo técnico legal relativo aos estudos de vulnerabilidade sísmica, nos termos da Portaria n.º 302/2019, de 12 de setembro.

Parecer da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., (APA, I.P.) (alíneas a) e c) do n.º 1 do artigo 52.º do REACS)

As candidaturas devem ser instruídas com o parecer da APA, I. P., nomeadamente sobre a demonstração do enquadramento da operação candidata na estratégia, objetivos e prioridades definidos no PENSAARP 2030, incluindo a razoabilidade financeira dos investimentos propostos, a articulação dos investimentos da operação candidata no que respeita à coerência e viabilidade de interligação alta / baixa e, quando aplicável, com os instrumentos de planeamento estratégico em matérias relacionadas com a gestão de lamas ou com a economia circular.

Para obtenção deste parecer, deverá ser remetido à Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., até 30 dias seguidos antes da data-limite das fases de seleção do presente Aviso, para o endereço de e-mail geral@apambiente.pt com o assunto "Candidaturas NORTE 2030 - pedido de parecer -CUA em baixa" memória descritiva e orçamento que identifique individualmente cada uma das ações objeto de candidatura, os seus principais objetivos, bem como o seu alinhamento com o PENSAARP 2030.

A informação constante da documentação a submeter à Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., para emissão de parecer de instrução da candidatura, nos termos regulamentares, tem de corresponder à informação constante da mesma, tal como compromisso constante na Declaração Complementar de Compromisso que o beneficiário tem de apresentar aquando da submissão da candidatura, conforme modelo disponibilizado no Anexo C-1. do presente Aviso.

D) Requisitos relativos à “Economia circular” (incluindo a prevenção e a reciclagem de resíduos):

1. As obras de construção e reabilitação das infraestruturas devem, sempre que possível, incorporar:

1.1. 10% de materiais reciclados na prevenção e gestão RCD;

1.2. Pelo menos 70% (em peso) dos RCD não perigosos preparados para reutilização e, reciclagem e outras operações de recuperação de materiais.

Nestes termos, deve ser assegurada a elaboração de um plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição (RCD), nomeadamente que permita desmontar o edifício em elementos, não só os mais facilmente removíveis, designadamente caixilharias, loiças sanitárias, canalizações, entre outros, mas também os componentes e/ou materiais, de forma a recuperar e permitir a reutilização e reciclagem da máxima quantidade de elementos e/ou materiais construtivos, entre outras obrigações cujo objetivo é garantir a valorização de todos os RCD que tenham potencial de valorização. As intervenções deverão ainda assegurar que parte dos RCD não perigosos produzidos serão preparados para reutilização, reciclagem e recuperação de outros materiais, incluindo operações de enchimento usando resíduos para substituir outros materiais, de acordo com a hierarquia de resíduos. Será ainda garantida a utilização de materiais reciclados ou que incorporem materiais reciclados relativamente à quantidade total de matérias-primas usadas em obra, no âmbito da contratação de empreitadas de construção e de manutenção de infraestruturas ao abrigo do Código dos Contratos Públicos.

As obras de construção deverão ser promovidas de acordo com as orientações de boas práticas estabelecidas no Protocolo de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição da UE e com os critérios ecológicos, em particular para o conjunto de bens e serviços que dispõem já de manuais nacionais ou Acordos-Quadro em vigor ou, no caso de bens e serviços que não dispõem de Manuais ou Acordos-Quadro nacionais, à adoção, a título facultativo, dos critérios estabelecidos a nível da UE.

Possuir parecer favorável das entidades competentes;

Elementos fornecimento

1.ª Fase

- Estudo Prévio: Fazem parte do estudo prévio todos os elementos previstos nos artigos 5.º e 147.º da Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto e deve incluir toda a informação constante no Programa Preliminar adaptada a esta fase do procedimento.

- Anteprojeto: Fazem parte do anteprojeto todos os elementos previstos nos artigos 6.º e 148.º, da Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto e todos os elementos de dimensionamento, incluindo plantas, perfis, pormenores, mapa de quantidades e estimativa orçamental. O anteprojeto deverá ainda ser acompanhado dos pareceres, certificações e aprovações necessárias por lei.

- Projeto de execução: Para além dos elementos previstos nos artigos 7.º e 149.º, da Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, os elementos instrutórios definidos no n.º18 e n.º19 do Anexo I a que se refere o n.º1 do artigo 2.º da Portaria n.º71-A/2024 de 27 de Fevereiro, os termos de responsabilidade definidos no Anexo III a que se refere o n.º2 do artigo 2.º da Portaria n.º71-A/2024 de 27 de Fevereiro, os termos de responsabilidade dos autores dos projetos de especialidades de infraestruturas de telecomunicações regem-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º

123/2009, de 21 de maio na sua redação atual, o projeto de execução deverá conter todos os elementos de solução da obra previstos no artigo 43º do CCP, desde que aplicáveis ao caso em concreto.

O levantamento topográfico e a confirmação do existente e demais estudos necessários à realização do projeto de execução são também da responsabilidade da equipa projetista, nomeadamente algum estudo que justificadamente o Município de Armamar comprove ser necessário para a boa execução da obra. Fazem ainda parte do fornecimento Plano de Segurança, incluindo condições mínimas de sinalização provisória e o Plano de Gestão de Resíduos.

Inclui ainda as entregas de por Lote:

- a) Elementos instrutórios definidos na Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro, e na Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto;
- b) Os termos de responsabilidade definidos no Anexo III a que se refere o n.º 2 do artigo 2.º da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de Fevereiro;
- c) Os termos de responsabilidade dos autores dos projetos de especialidades de infraestruturas de telecomunicações regem-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio na sua redação atual;
- d) Levantamento topográfico ou qualquer outro estudo que justificadamente o Município de Armamar comprove ser necessário para a boa execução da obra;
- e) Memórias descritivas por especialidade;
- f) Projeto Arquitetura;
- g) Projeto de arranjos exteriores;
- h) Projeto Estabilidade;
- i) Projeto das instalações elétricas, automação e instrumentação;
- j) Cálculos correspondentes ao dimensionamento das diversas redes e equipamentos;
- k) Características gerais dos equipamentos complementares, e tratamento necessários;
- l) Planos de ensaio;
- m) Parametrização das instalações;
- n) Relatório de Avaliação de Vulnerabilidade sísmica;
- o) Projeto de reforço sísmico (se necessário);
- p) Programa de Procedimento;
- q) Caderno de Encargos;
- r) Especificações Técnicas, gerais e especiais relativas à obra a executar;
- s) Medições acompanhadas dos respetivos cálculos e memória descritiva explicitando as regras de medição utilizadas;
- t) Mapa de Quantidades;
- u) Estimativa orçamental;
- v) Calendarização;
- w) **Elaboração do processo para licenciamento das entidades externas.**

2.ª Fase

- **Assistência técnica até à receção provisória da Empreitada:** Faz ainda parte do fornecimento a assistência técnica ao procedimento de adjudicação da empreitada e a assistência técnica no decorrer da obra, conforme definido no artigo 9.º da 255/2023, de 7 de agosto,

Desde a fase do procedimento de formação do contrato até à adjudicação da obra:

- Esclarecimento de dúvidas relativas ao projeto durante a preparação do processo de concurso para adjudicação da empreitada;
- Prestação de informações, esclarecimentos e erros e omissões solicitados e apresentados por candidatos a concorrentes, sob a forma escrita e exclusivamente por intermédio do Dono de Obra, sobre problemas relativos à interpretação das peças escritas e desenhadas do projeto.

3.ª Fase

. Durante a execução da obra:

- Esclarecimento de dúvidas de interpretação e a prestação complementares relativas a ambiguidades ou omissões do projeto, bem como a elaboração de peças de alteração do projeto necessárias à respectiva correção e à integral e correta caracterização dos trabalhos a executar no âmbito da referida correção.
- Apreciação de documentos de ordem técnica apresentados pelo empreiteiro ou Dono de obra, incluindo, quando apropriado, a sua compatibilidade com o projeto.
- Sempre que solicitado pelo Dono de Obra efetuar visitas de acompanhamento à obra.

É da responsabilidade do adjudicatário, o fornecimento de três exemplares em formato papel e de um exemplar em formato digital corrente, editável e não editável, com possibilidades de reprodução. De notar que, no formato editável, todos os projetos deverão se assinados digitalmente.

Aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência

Preço

Outros aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência, mas aos quais os concorrentes se devem vincular

. Condições de pagamento

Nos termos do artigo 12º. da Portaria 255/2023, de 7 de agosto

- Estudo Prévio 20%
- Anteprojeto: 20%
- Projeto de execução; 45%
- Acompanhamento e Assistência técnica (15%)
 - a) Contratação pública: 5%
 - b) Empreitada: 10%

Prazo de prestação do serviço

1.ª Fase (até 30 dias a contar da data da assinatura do contrato)

Elaboração do Projeto em 30 trinta dias subdivididos nas seguintes subfases:

- . Estudo Prévio: 10 dias**, incluindo Sábados, Domingos e Feriados a contar a partir da data da contratualização;
- . Anteprojeto: 10 dias**, incluindo Sábados, Domingos e Feriados a contar a partir da data de notificação da aprovação do estudo prévio.
- . Projeto de Execução: 10 dias**, incluindo Sábados, Domingos e Feriados, a contar a partir da data de notificação da aprovação do anteprojeto.

As subfases atrás mencionadas deverão ser aprovadas pelo órgão competente para contratar, suspendendo-se o prazo da execução até comunicação da sua aprovação.

Na subfase de Anteprojeto terão que já estar garantidas as aprovações e ou certificações de todas as entidades exteriores ao município que sobre o projeto se devam pronunciar, sendo da responsabilidade da equipa projetista em caso de não aprovação.

2.º FASE (até 36 meses a contar da data da assinatura do contrato)

Acompanhamento e apoio na fase procedimental do Procedimento Pré-Contratual de Empreitada a tramitar subsequentemente, designadamente em fase de Pedido de Esclarecimentos e Lista de Erros e Omissões;

3.ª FASE (até 36 meses a contar da data da assinatura do contrato)

Acompanhamento e Assistência Técnica ao Dono de Obra no âmbito da execução do Contrato de Empreitada a celebrar, até à assinatura do auto de receção provisória da mesma, incluindo pronuncia a Pedido de Esclarecimentos e Lista de Erros e Omissões.

O Presidente da Câmara Municipal